



Semiárido Produtivo: Ações de Convivência com o Semiárido em seis municípios do estado do Piauí

Productive Semi-arid: Actions of Coexistence with the Semi-arid region in six municipalities of the Piauí state, Brazil

NERI, Vanessa dos Santos¹; COSTA, Tiago Pereira da², SOUZA, Claudiano José de³, SILVA, Aurivan Santana da⁴, SOUSA, Jucilene Xavier Santos⁵

^{1,2,3,4,5} Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada - IRPAA; ¹vanessa@irpaa.org, ²tiago@irpaa.org, ³claudiano@irpaa.org, ⁴aurivan@irpaa.org, ⁵jucilene@irpaa.org

Eixo temático: Políticas Públicas e Agroecologia

Resumo: O presente relato apresenta as experiências das ações do projeto Semiárido Produtivo, executado pelo Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada - IRPAA e apoiado pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em seis municípios do estado do Piauí objetivando potencializar a organização produtiva individual e coletiva de sistemas produtivos da agricultura familiar. O projeto vem sendo implementado por metodologias participativas através de encontros coletivos com agricultores, equipe executiva, organizações populares e instituições parceiras, tendo a convivência com o semiárido como tema central nos momentos de capacitação e intervenções sociotécnicas, de suma importância na sistematização. Como resultado, tem-se um processo de acompanhamento técnico continuado, atividades práticas, fortalecimento de organizações sociais e construções de instalações produtivas. As comunidades se mostraram fortalecidas dentro de uma perspectiva social, produtiva, econômica e principalmente organizativa.

Palavras-Chave: Agricultura; Assessoria técnica; Organização produtiva.

Keywords: Family farming; Productive organization; Technical assistance.

Contexto

Este relato de experiência foi realizado no período de março de 2018 a junho de 2019, no estado do Piauí, a partir das ações do Projeto Semiárido Produtivo, executado pelo Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA) e apoiado pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com o objetivo de estruturar unidades produtivas familiares e unidades produtivas coletivas da agricultura familiar, para execução e multiplicação de técnicas de convivência sustentável com o Semiárido. No total, foram seis municípios e treze comunidades, com o cadastramento de cem agricultores beneficiários dos municípios de Jaicós, comunidade Santo Antônio, Francisco Santos com as comunidades Granada II, Chupeiro e Serra dos Morros, Geminiano no Assentamento Barreiros, Assentamento União e Baixio da Cacimbinha, comunidade Serra Nova, Serra do Campo Grande e São Jose do município de Campo Grande do Piauí, Tapuio e Vereda da Lagoa do município de Queimada Nova e a comunidade Riachão Velho do município de Itainópolis.

Descrição da Experiência



A primeira ação do projeto Semiárido Produtivo no estado do Piauí aconteceu no município de Campo Grande do Piauí, a partir da realização do I Encontro Estadual para lançamento das ações do projeto, apresentação IRPAA, como executora, do BNDES como apoiador financeiro e planejamento dos processos de execução e formação. Estavam presentes neste encontro, representantes de cada uma das treze comunidades cadastradas nos seis municípios, além de outros parceiros de entidades, organizações da sociedade civil e outras instituições públicas que apoiaram o projeto durante o período de execução.

O I Encontro Estadual foi o ponto de partida do projeto no estado, e na oportunidade, foi construído um painel sobre os avanços e desafios da agricultura familiar camponesa no estado, a partir dos marcos históricos no período compreendido entre os anos de 1980 até 2017, através da metodologia da linha do tempo. Todos os relatos de avanços foram conseguidos através de políticas públicas, que de acordo com Aguiar et al. (2019), tem como objetivo tratar as especificidades do semiárido, formular estratégias que possibilitem maior acesso à sociedade e que atendam as demandas da população visando o desenvolvimento rural.

Nos anos 80, a produção de castanha de caju foi um sucesso, os produtores da região tiveram uma boa safra e conseguiram boas vendas, o acesso as comunidades foi facilitado com a construção da BR-020, ligando a cidade de Picos - PI às demais cidades que compõem o núcleo estadual. Nesta mesma época, houve uma seca grandiosa, que gerou um alto índice de desnutrição infantil, causando um alto percentual de mortalidade. Entre os anos 1990 e 2000 através de programas (PRONERA, Universidade para Todos) do Governo Federal, a entrada nas universidades públicas tornou-se disponível para muita gente a partir de processo seletivo específico em cada instituição instalada na época.

Nos anos 2000 os programas sociais começaram a ser implementados, dentre eles, o Fome Zero, Energia para Todos, Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Minha Casa Minha Vida, Água Para Todos e Programa Uma Terra e Duas Águas e do Programa Bolsa Família. Houve chegada de movimentos sociais no estado, como o Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA, entre 2001 e 2002, com a ajuda do movimento, aconteceu a primeira mobilização para renegociação de dívidas rurais.

No ano de 2010, as comunidades tiveram a oportunidade de conhecer sobre educação contextualizada para o semiárido, e também participaram de formações sobre o trabalho com a terra e com a água, assessoradas pelas organizações da sociedade civil, a exemplo da CARITAS, do IRPAA, dentre outras. Entre 2013 a 2016, chegaram as adutoras para distribuição de água nos municípios, e as cisternas de produção; no âmbito da educação, o transporte escolar de qualidade, através das ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Houve a aquisição de máquinas agrícola para os municípios, além da distribuição de veículos para dar suporte as atividades da agricultura familiar.

Os anos de 2016 e 2017 foram marcados pela falta de empregos e de geração de renda, ausência de transportes e mobilidade, reformas inaceitáveis (Congelamento



de recursos para saúde e educação, Trabalhista, Previdência, privatizações dos órgãos públicos), prejudicando principalmente os mais pobres. A assessoria técnica por parte dos órgãos responsáveis (públicos e da sociedade civil organizada) diminuiu mais ainda por conta da falta de compromisso dos governantes, e a burocratização de diversos programas governamentais dificultou a participação de muitas entidades nos processos locais.

Seguindo com o relato da execução, aconteceu em Juazeiro – BA o I Encontro Interestadual do Projeto Semiárido Produtivo, no mês de dezembro de 2017 para lançamento do projeto, discussão de metodologias participativas a serem executadas nas atividades e planejamento da equipe executiva.

Nesse encontro foram apresentadas temáticas e atividades a serem trabalhadas e discutidas ao longo da execução do projeto, através de intercâmbios, oficinas e visitas técnicas, como por exemplo, a convivência com o semiárido como tema principal, associativismo e cooperativismo, manejo e produção de mudas da caatinga, criação de caprinos e ovinos, apicultura, criação de galinhas caipiras, manejo do solo, campesinato, reciclagem, sementes Crioulas, entre outros.

Nas comunidades, a ação do projeto foi iniciada a partir de reuniões que aconteceram envolvendo alguns moradores, com o objetivo de apresentar o projeto, a metodologia de execução, conhecer as limitações e potencialidades da comunidade, selecionar as famílias a serem beneficiadas, e mostrar o planejamento anual das ações, além de apresentar para os participantes o IRPAA como executor e o BNDES como apoiador financeiro. Foram utilizadas metodologias participativas, tais como, Calendário Sazonal, FOFA (Fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças) e Mapa da Comunidade de acordo com recomendações de Verdejo (2010) para diagnósticos rurais participativos.

A participação nas reuniões teve em média de 15 a 30 agricultores, e a partir da utilização das metodologias citadas, foi possível obter um resultado objetivo da realidade e dos anseios das comunidades, cada uma delas com suas particularidades. O mapa da comunidade foi apresentado destacando as principais residências, roças, barreiros ou poços artesianos existentes. O calendário sazonal mostrou como as comunidades realizavam o preparo da terra, o plantio e a colheita, além do que plantam durante o ano e o que é possível colher. A FOFA também apresentou bons resultados no diagnóstico das comunidades. As fortalezas sempre destacavam a água, a terra e a produção da agricultura familiar como riquezas das comunidades. Como oportunidades, os diversos projetos sociais que já haviam sido ou estavam sendo executados. Sobre as fraquezas, os agricultores apresentaram unanimemente a falta de compromisso de alguns moradores nas atividades coletivas da comunidade, principalmente a participação de jovens. E como ameaças, em todas as comunidades a perda de direitos através dos cortes no orçamento público e a possibilidade da entrada das grandes empresas de mineração que assustava os moradores.

Após as reuniões de comunidade, foram feitos os Diagnósticos dos Agroecossistemas, que consistem em entrevistas sobre a realidade social,



econômica, produtiva e ambiental para levantamento de dados e cadastramento das famílias, elaborando o marco zero do projeto. Em atividade coletiva os agricultores responderam a questionamentos sobre como avançar nos sistemas de produção nas comunidades, quais os critérios para seleção das famílias de referências, para os investimentos coletivos e como seriam definidos os tipos de investimentos coletivos.

O II Encontro Estadual aconteceu no município de Jaicós – PI para avaliar e monitorar o andamento do projeto, validar os critérios para a seleção de famílias de referência e indicativos de seleção dos investimentos coletivos, além de apresentar o planejamento das ações para o ano I e II, formação e capacitação dos participantes. Após isso, reuniram-se representantes das comunidades no município de Juazeiro – BA para participar do II Encontro Interestadual com o objetivo de formação e intercâmbio dos agricultores do Nordeste, além do monitoramento e planejamento de atividades.

Em seguida, aconteceram as Oficinas Municipais, com base nos eixos temáticos do projeto e a socialização de estratégias para aplicação dos recursos de estruturação individual e coletiva. O momento foi de partilha de conhecimento entre ministrantes e agricultores, pois segundo Souza e Mendes (2019), a agroecologia busca uma mediação entre o saber e a experiência dos trabalhadores, existindo uma preocupação com os conceitos, métodos utilizados na produção e sobre a organização sustentável, com isso, essa troca de conhecimento possibilita uma visão da produção e da sustentabilidade dos sistemas produtivos familiares.

Em visita às unidades de produção das famílias cadastradas, cada família de referência informou a necessidade de implantação de kits produtivos de acordo com o potencial já trabalhado na unidade, a partir dessa informação, os projetos produtivos familiares foram escritos, sendo que cada família poderia ser beneficiada com um valor em material produtivo para construção e equipamentos de até R\$ 5.000,00 reais.

As atividades de Assessoria Técnica e Extensão Rural (ATER) foram iniciadas para as famílias de referência e demais beneficiários do projeto, com a utilização da caminhada transversal pela unidade de produção familiar, como metodologia participativa e recomendações técnicas relacionadas aos sistemas de produção existentes. Além disso, explicação sobre o projeto produtivo, escolha da área de construção e a limpeza do local. Na assessoria, foi observada toda a unidade de produção durante a caminhada transversal, em conjunto com recomendações quanto a criação dos animais, principalmente relacionadas ao manejo sanitário.

A maioria dos agricultores criam galinhas, e a prevenção de doenças é feita através do uso de ingredientes naturais adicionados a água dos animais, como o limão, alho, pimenta malagueta ou a aloe vera. Para os caprinos e ovinos, a vermifugação sempre era recomendada.

Para início das construções e entrega dos 28 kits produtivos, foram feitos Dias de Campo. Com relação aos investimentos coletivos no estado do Piauí, foram



realizadas análises de viabilidade técnica e econômica e ao atendimento à legislação pertinente, tanto em relação à regularidade fundiária do imóvel, quanto a aspectos ambientais e sanitários nas comunidades São José, município de Campo Grande do Piauí, Chupeiro, município de Francisco Santos e Tapuio em Queimada Nova, os três para uma Casa de Processamento de Forragem, e na comunidade Serra dos Morros em Francisco Santos, para uma Unidade de Beneficiamento de Caju e Castanha.

Os dias de campo foram executados da seguinte forma: no primeiro dia de construção, a assessora técnica responsável reunia todos os pedreiros e agricultores na residência de uma das agricultoras ou que receberia a construção, explicava a planta e após isso a obra era iniciada, durante a execução, era feito o acompanhamento do início até o final da construção. Foram construídos apriscos (Figura 1a), hortas com canteiros econômicos (Figura 1b), galinheiros (Figura 1c), cisternas de 16 mil litros, entrega de materiais para apicultura (Figura 1d) como macacões, botas, fumegadores, luvas, garfos desoperculadores, para produção de ração máquinas forrageiras, e também junto com os galinheiros as famílias receberam incubadoras de ovos.

(a)



(b)



(c)



(d)



Figura 1. (a) Aprisco para manejo de caprinos e ovinos, (b) horta com canteiros econômicos e (c) galinheiro, (d) entrega de materiais de apicultura. Fonte: IRPAA, 2019.



Diante de todas as ações relatadas, através do projeto Semiárido Produtivo, as comunidades se mostraram fortalecidas dentro de uma perspectiva social, produtiva, econômica e mais que tudo organizativa.

Referencias bibliográficas

AGUIAR, L. C. et al.; As Políticas Públicas no Semiárido Brasileiro: uma revisão de literatura. **Rev. Econ. NE**, n. 2, v. 50, p. 9-22, 2019

SOUZA, J. S. M.; MENDES, A. K. V. Secas no Sertão: Reflexões sobre o cenário das longas estiagens no semiárido nordestino através de tecnologias de convivência. **Id on Line Rev. Mult. Psic**, n. 45, v. 13, p. 1069-1078, 2019.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria da Agricultura familiar, 2010.